

A CULTURA DE BASE AFRICANA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Cicera Nunes

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Docente da Universidade Regional do Cariri (URCA)

Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Práticas Educativas Populares (CEPEP/UFC)

Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e

Movimentos Sociais (N'BLAC/UFC)

E-mail: ciceranunes@hotmail.com

RESUMO

O artigo levanta uma discussão sobre a importância do ensino da cultura de base africana como possibilidade para o trabalho com a diversidade étnicorracial e para a afirmação da identidade de crianças e jovens negros/as que frequentam as escolas brasileiras. Entendemos que uma política de formação de professores e a ampliação de pesquisas que estejam pautadas no (re) conhecimento das Afrodescendências e Africanidades brasileiras se fazem necessárias para que possamos romper com uma prática pedagógica que tem desconsiderado a diversidade cultural presente no nosso cotidiano e dificultado a compreensão da nossa história. As reflexões resultam das pesquisas de Mestrado e Doutorado desenvolvidas pela autora no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC que tiveram como foco o estudo da cultura afrocearense na sua relação com a educação escolar.

Palavras-chave: Identidade negra. Cultura de base africana. Educação escolar. Africanidades. Formação de professores.

ABSTRACT

This article raises a discussion about the importance of teaching African cultural base as possibility for the work with the racial ethnic diversity and the affirmation of the identity of black children and youth who attend school in Brazil. We understand that one politics of teacher training and expansion of research that are grounded in recognition of African descent and Africanities are necessary for to break with a pedagogical practice that has disregarded the cultural diversity present in our daily lives and difficult the understanding of our history. The reflections are the result of the Master and PhD research undertaken by the author in the Graduate Program in Education of the Brazilian Federal University of Ceará – UFC that have focused on the study of culture afrocearense in their relationship with schooling.

Key-words: Black identity. African cultural base. Schooling. Africanities. Teacher training.

Educação [...] refere-se ao processo de ‘construir a própria vida’, que se desenvolve na relação entre gerações, gêneros, grupos raciais e sociais com a intenção de transmitir visão de mundo, repassar conhecimento, comunicar experiências.

(Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva)

INTRODUÇÃO

Neste artigo refletimos sobre como os processos educativos podem contribuir para a afirmação da identidade cultural e étnica das crianças e jovens negros/as que frequentam as escolas brasileiras. Realizamos uma análise da relação entre cultura negra (de base africana) e educação considerando que existem particularidades culturais entre os povos e a educação tem a responsabilidade de promover a crítica ao pressuposto de que a essência humana é universal. Idéia esta que nega estas particularidades, que não reconhece que a riqueza da humanidade está no fato de sermos diferentes e que este aspecto precisa ser discutido na escola e nos programas de formação docente.

Reconhecemos que a instituição escolar não é o único espaço para a construção de um conhecimento positivo da cultura negra, no entanto é um espaço privilegiado para a superação dos limites de uma educação eurocêntrica que anula, inferioriza, desqualifica e nega a existência dos africanos e seus descendentes.

Nessa discussão, faz-se necessário uma contextualização que nos ajude a compreender como se deu o processo de exclusão da cultura negra da cultura oficial, consequência de uma ideologia racista e discriminatória que tem negado a participação desses povos na constituição da cultura nacional.

O texto aponta a necessidade do reconhecimento da importância dessa discussão na escola em particular e nos sistemas de transmissão da cultura. Uma educação que contemple a diversidade étnicorracial da sociedade brasileira precisa garantir que as práticas pedagógicas reflitam a pluralidade de culturas abrindo espaços para que as particularidades e especificidades se manifestem e sejam valorizadas. Refletimos ainda sobre a possibilidade de o aluno afrodescendente e não-afrodescendente conviver com os elementos da sua etnicidade, das suas culturas e ancestralidade.

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DA CULTURA DE BASE AFRICANA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Historicamente temos o processo de exclusão da cultura negra da cultura oficial, consequência de uma ideologia racista e discriminatória que tem negado a participação desses povos na constituição da cultura nacional. Esta cultura de base africana sempre foi desvalorizada e comumente associada à bruxaria, tratada como folclórica e exótica (CUNHA Jr. e VIDEIRA, 2007). A desconstrução dessa ideologia, fortemente presente no imaginário social e que contribui para o fortalecimento do racismo anti-negro, implica na problematização dessa discussão levando-nos a uma reflexão mais ampla e ao entendimento sobre os processos de produção de uma cultura elaborada de base africana no contexto brasileiro, bem como avaliar a participação das populações afrodescendentes na cultura nacional e nos sistemas educacionais recolocando esta temática na orientação dos temas educacionais do Brasil.

Por outro lado, uma das grandes problemáticas nessa abordagem no campo educacional trata-se da dificuldade que alguns intelectuais brasileiros têm em lidar com este tema gerando uma redução das pluralidades advindas do índio e do negro aos preceitos da interpretação do branco (CUNHA Jr., 2001). Tal dificuldade resulta da lacuna dessas discussões nas universidades brasileiras e pelo fato de não estar presente nos temas de boa parte das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação. Postura que tem reforçado a idéia de que: “Somos produtores de uma cultura ‘Naive’, simplória e linda. Percebida como rica em artefatos de simplicidade e improviso. Não de elaboração pensada e alicerce centrado no uso da razão” (CUNHA Jr. id ibid, p. 9). O conhecimento acadêmico é produzido em larga escala pelos eurodescendentes que não partem do dado étnico, mas sob a ótica da universalidade da ciência, negam a existência de uma dominação ocidental que é estabelecida entre afrodescendentes e eurodescendentes (CUNHA Jr., 2007).

Percebemos a necessidade de estudos aprofundados e pesquisas que ampliem esses conteúdos e mostrem como eram constituídas as sociedades tradicionais africanas antes da colonização atentando para os aspectos históricos, culturais, religiosos e artísticos para que possamos compreender o alto valor civilizatório dessas sociedades e o processo de ressignificação desses elementos no contexto brasileiro para que possamos suprir lacuna existente nos currículos das escolas brasileiras.

Os africanos que chegavam ao Brasil eram trazidos de várias regiões da África, pertenciam a várias etnias e a estágios culturais diversos. Havia pessoas de Estados organizados, de sociedades que dominavam tecnologias sofisticadas, negras e negros praticantes do islamismo que sabiam ler e escrever, o que contrasta com a idéia de que os africanos eram oriundos de tribos primitivas. Uma idéia equivocada do nosso passado que nega o padrão cultural e tecnológico dos nossos ancestrais.

Estudar a África se justifica a partir da necessidade da compreensão da história da humanidade. Por outro lado, no que se refere ao Brasil é impossível à compreensão da nossa história desconsiderando a participação de africanos e indígenas na composição desta sociedade. São quase quatro séculos de imigração forçada de negros para o nosso país, o que tornou a nossa população atual como de maioria afrodescendente, daí não se justificar a ausência de conteúdos referentes à história africana nos currículos escolares. Sem conteúdos referentes à História da África o entendimento sobre as origens do povo brasileiro fica comprometido.

Assim, entendemos ser necessário dar visibilidade ao negro nos currículos escolares, tratando-o enquanto sujeito histórico. Para isso se faz necessário, portanto, uma ampla reformulação curricular que tenha como base contribuições no âmbito da filosofia, antropologia, sociologia, religião, história, geografia e da cultura. É preciso romper com o modelo pedagógico vigente, dando voz a negros no interior da escola, possibilitando-lhes discutir um novo projeto educativo, mais humano e igualitário que contemple as contribuições das várias etnias que compõem a história brasileira. Essa ação significa o rompimento com um currículo eurocêntrico que tem invisibilizado a presença de afrodescendentes na história do Brasil.

Nessa discussão, consideramos como aspecto importante na compreensão da cultura de base africana, o cotidiano das populações afrodescendentes no meio urbano das cidades brasileiras. São territórios nos constituídos como de maioria afrodescendente¹ onde esta população constrói as suas experiências sociais, constrói o seu patrimônio histórico e cultural. Este patrimônio não se situa apenas no campo das artes, das festas e das arquiteturas, mas inclui

¹ Sobre o conceito de Territórios de Maioria Afrodescendente concordamos com Cunha Jr. (2007, p. 71) quando informa que: “São espaços urbanos em que encontramos outros grupos sociais de origens históricas e culturais diversas, mas encontra-se a população afrodescendente como maioria, sendo esta a que determina a dinâmica cultural e social desses territórios”.

as formas diferentes de organização, as diferentes identidades e os distintos territórios (RATTS, 2009).

Devido à importância dos processos de construção da identidade, e com base no direito à história, esses conhecimentos deveriam fazer parte da educação escolar possibilitando que crianças e jovens negros (as) sintam orgulho da sua cultura e desenvolvam o desejo de transmissão desse conhecimento para as gerações futuras (SOUSA, 2005).

Descobrir nossas raízes significa descobrirmos uma parte de nós que estava escondida, apagada pelo descaso e pelo desconhecimento da sociedade. Seja em nossa árvore genealógica, seja nos costumes, na religião, na culinária, na dança, no artesanato ou, enfim, na tradição deixada por nossos ancestrais e passada de pais para filhos, é a nossa história, o nosso patrimônio cultural que nos faz sentir orgulho do que somos e de quem somos, despertando-nos para a preservação de nossa herança cultural (GOMES, 2005, p. 183).

Este patrimônio material e imaterial de base africana presente nas cidades brasileiras é parte importante do patrimônio histórico-cultural e da memória de seus habitantes e não exclusivamente da população negra, constituindo, portanto, o acesso a esse conhecimento, um direito de cidadania. Nesses espaços as populações constroem cotidianamente as suas identidades. Nas experiências sociais as pessoas constroem conhecimento a partir de seus valores, cultura e histórias próprias. Nesse contexto, a memória também é parte do patrimônio histórico-cultural nacional e constitui um direito de todos os brasileiros.

Diante desse quadro, não podemos pensar as cidades brasileiras sem a participação dos afrodescendentes, pois as várias expressões culturais dessas populações nos bairros são elementos importantes na história da construção e constituição dos espaços urbanos, é parte significativa da história da cidade, faz parte também da identidade de seus habitantes (CUNHA Jr., 2007).

Cunha Jr. levanta uma discussão em torno dos conceitos de Africanidades e Afrodescendências brasileiras, buscando romper com as visões eurocêntricas que impedem a percepção de africanos e afrodescendentes como produtores intelectuais. As Africanidades surgem da necessidade de compreensão das culturas oriundas do continente africano e sua reelaboração no contexto brasileiro, não estão centradas na base africana, partem do reconhecimento das outras culturas, são produzidas nesses diálogos (CUNHA Jr., 2001).

Ao falarmos de africanidades levamos em consideração a dinâmica civilizatória que foi resignificada e reconstruída pelos afrodescendentes em solo brasileiro. Estas podem ser percebidas nos vários traços de nossa cultura espalhadas por diferentes lugares do Brasil: “[...] na capoeira, nas comunidades de quilombos, casas religiosas de candomblé e umbanda, nos bairros de predominância negra, nas danças e ritmos, na intelectualidade, na oralidade, tecnologias, em todas as expressões do ser negro e afrodescendente” (VIDEIRA, 2005, p. 218).

Cultura esta que está no modo de vida dos brasileiros, apesar de sua predominância se dar entre a população negra no Brasil. A cultura negra nos remete ainda à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à economia, a produção da vida material e à vivência da negritude, processo este marcado pela africanidade e pela recriação cultural. Dessa forma, só podemos compreender a cultura negra nessa relação com as outras culturas existentes no país. Nessa relação dar-se um processo contínuo de criação e recriação, significação e resignificação. É uma herança que está em nós e,

[...] se objetiva na história, nos costumes, nas ondas musicais, nas crenças, nas narrativas, nas histórias contadas pelas mães e pais/griots, nas lendas, nos mitos, nos saberes acumulados, na medicina, na arte afro-brasileira, na estética, no corpo (GOMES, 2003, p. 79).

Compreendemos que Cultura Afro, Cultura Afrodescendente e Cultura Negra na perspectiva dos conceitos de Africanidades e Afrodescendências diz respeito à herança africana ancestral recriada e ressignificada no contexto brasileiro. Não se constitui de forma isolada, dialoga com as outras etnias ao mesmo tempo em que entra em conflito com as formas de dominação ocidental. Nesse sentido, dar-se a necessidade do (re) conhecimento das especificidades desses povos, buscando compreender como ao longo do seu processo histórico e social têm ressignificado os valores socioculturais de base africana e construído formas bem particulares de cultura.

Reafirmamos, de acordo com o artigo 7º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) que este patrimônio deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência, estimulando a criatividade, garantindo que se estabeleça um diálogo entre as culturas e que sejam criadas as condições para que estas possam se expressar e se fazer conhecidas.

A escola não pode ficar alheia aos fatos históricos e culturais que envolvem o povo negro brasileiro. Os/as professores/as precisam compreender as particularidades de uma história que vem sendo criada, recriada e ressignificada ao longo do tempo, para que possam promover um redimensionamento na sua forma de educar que parta dos contextos socioculturais em que os indivíduos se encontram inseridos, possibilitando que a diversidade se faça presente na sala de aula e haja uma busca pela (re) construção identitária (ALVES, 2006).

RESSIGNIFICANDO O ENSINO DA CULTURA DE BASE AFRICANA

A escola formal ainda não é um espaço propício ao reconhecimento da diversidade étnica. Por isso, a necessidade de os professores serem instrumentalizados para entender e combater problemas referentes a preconceitos, discriminações e racismos na sociedade brasileira. O que estamos propondo é outra lógica educativa “[...] outras formas de ensinar e de aprender, outras expressões e conteúdos pautados na pluralidade e diversidade” (ALVES, 2006, p.92). Nesse sentido, é necessária uma abordagem no campo educacional que desvende a complexidade das relações raciais no Brasil e que prepare o professor para enfrentar essa discussão na escola.

A ausência de trabalhos que valorizem a memória coletiva, a história, a cultura e a identidade dos alunos afrodescendentes tem justificado parte dos índices de repetência e evasão escolares por estas crianças (MUNANGA, 2005). Convém ressaltar que a memória coletiva e da história destas comunidades não interessa somente as crianças e jovens negros/negras, mas a todos os alunos de outras ascendências étnicas. Somos parte de uma cultura que teve a participação de vários segmentos, cada um participou a seu modo da formação da sociedade brasileira. Melhorar a condição humana, incorporar a diversidade cultural e étnica, significa assumir o compromisso com a dignidade humana.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de um programa educacional que contemple uma discussão sobre as africanidades brasileiras; uma proposta pedagógica que considere o universo cultural da população afrodescendente e sua participação na elaboração da cultura nacional e que prepare o professor para desenvolver estratégias de combate ao racismo antinegro na escola.

A valorização do conhecimento ocidental tem sido responsável no contexto da educação brasileira pelo ocultamento da participação do negro no processo de construção do nosso país, trazendo sérios problemas para a formação da identidade das crianças pertencentes a este grupo e deixando uma lacuna importante na compreensão da nossa história. Neste processo, a atuação do professor é muito relevante e, para isso, será necessário estar aberto a um novo aprendizado, a problematizar conjunturas e teorias, a redescobrir o mundo no diálogo com os seus educandos (VIDEIRA, 2009).

Como parte do processo de formação docente, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira e a Resolução CNE/CP nº. 01/2004 orientam que as Instituições de Ensino Superior incluam conteúdos curriculares referentes à educação das relações étnicorraciais nos cursos de graduação e ofereçam atividades de pesquisa e extensão relacionadas à temática, criando condições para que os professores avancem na compreensão sobre a necessidade de se ampliar o foco dos currículos escolares contemplando a diversidade cultural, racial, social e econômica do nosso país (DCN's, 2003).

A prática escolar precisa ser percebida numa perspectiva micro, que se dá no próprio contexto da escola, mas também numa dimensão macro, articulada com a sociedade mais ampla e assumindo o desafio de desenvolver um trabalho pedagógico que tenha a realidade como base, e voltada para atender os desejos dos sujeitos que a compõem (SOUZA e CORRÊA, 2002).

Nessa discussão, insere-se a importância da construção coletiva do Projeto Pedagógico da escola que deve incorporar esta perspectiva. Este não pode ser alheio às relações de superioridade e inferioridade historicamente construídas na sociedade brasileira. O diálogo, a troca de experiências, o debate, aliado ao esforço de cada um individualmente pode significar o pontapé inicial para o questionamento sobre as relações desiguais perpetuadas no nosso país. Para a superação das desigualdades raciais há a necessidade de construção de práticas, projetos e estratégias de combate ao racismo. Nesse sentido, “[...] a escola [...] deverá inserir a questão racial no seu projeto político-pedagógico, tomá-la como eixo das práticas pedagógicas e articulá-las nas discussões que permeiam o currículo escolar” (GOMES, 2007, p. 102).

A escola enquanto uma instituição que tem o papel de organizar, socializar e transmitir o conhecimento sobre a história, a cultura e a sociedade pode se transformar em um importante local onde essa visão negativa sobre o negro pode ser superada. Por isso, a necessidade de se compreender o conjunto de concepções negativas sobre o negro existentes na sociedade e na escola, problematizar e ampliar essa discussão. Candau e Moreira (2003, p. 161) defendem que:

A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.

Como um dos caminhos possíveis para a superação das condições de exclusão, discriminação e racismo a que a maioria da população negra brasileira está submetida, Alves (2006, p.47) sugere que cabe à escola o dever de oportunizar “[...] o conhecimento, a valorização e o respeito aos saberes étnico-culturais e, com isso, a compreensão da identidade individual/coletiva, da diversidade e a desmistificação do mito de uma ‘democracia racial’”. Dessa forma, buscamos uma educação que esteja voltada para o reconhecimento da diversidade brasileira e, para isto, faz-se necessário que a escola “[...] reavalie sua posição de omissão

perante a origem de seus alunos e alunas e a comunidade em que está situada” (SOUSA, 2005, p. 213).

Aos educadores cabe comprometerem-se com uma concepção democrática de educação, rompendo com o legado eurocêntrico que tem se colocado como obstáculo para a verdadeira compreensão da realidade histórica do continente africano. Precisamos de profissionais preparados para promover as mudanças que almejamos. Conhecer o verdadeiro sentido histórico do negro é promover o rompimento com a ignorância que tem gerado idéias preconceituosas e dificultado o exercício da cidadania de nossa população; é abriremos o debate acerca da importância da afirmação de nossa identidade cultural enquanto um direito da pessoa humana. É reeducar para o conhecimento da história de atores fundamentais no desenvolvimento do Brasil, como também nos dá o direito de conhecermos a nossa própria história.

Neste sentido, a questão do preconceito deve ser assumida prioritariamente pelo Poder Público estendendo-se esta responsabilidade à escola e ao conjunto da sociedade, através de políticas universais e políticas afirmativas que corrijam este quadro que ora se apresenta. Este trabalho passa principalmente pela formação de professores, atores fundamentais nesse processo, pois muito poderão contribuir no redimensionamento da História da África, trazendo para a sala de aula elementos fundamentais na construção da nacionalidade brasileira. Sobre esse aspecto, concordamos com Gomes (1995, p. 30) quando afirma que:

A escola pode ser considerada como um dos principais agentes nesse processo. Todavia se a escola não realiza um trabalho crítico e comprometido com os diversos segmentos raciais presentes no seu interior; se ela mesma não se preocupa e se interessa em realizar essa discussão, continuará atuando como uma instituição que reforça e reproduz o racismo presente na sociedade.

No momento em que a escola é chamada a assumir uma nova responsabilidade, a de redimensionar o seu projeto educativo, incorporando o trabalho com a diversidade cultural e étnica, precisamos repensar se a luta pela conquista da democracia e o processo de universalização do ensino, iniciado especialmente a partir da década de 1990 tem nos dado condições de refletir sobre a nossa história com base numa perspectiva de todos se conhecerem, serem aceitos e respeitados. Esta questão para Sousa (2005, p. 75):

Significa pensar a relação entre o eu e o outro e afirmar a permanência desse outro na Escola, com todos os seus valores civilizatórios. A escola é um espaço sócio-cultural em que as diferentes presenças se encontram, portanto é passada a hora de romper com o pensamento etnocêntrico, evolucionista, símbolo das relações dominadoras.

Apontamos a valorização do referencial cultural do aluno como ponto de partida para que se ampliem a compreensão dos fatos históricos que envolvem a sua história de vida e, com isso, compreendam-se como pertencentes a culturas coletivas. Compreendemos a cultura como o lugar, como uma fonte que nutre o processo educacional e, com isso, forma pessoas, forma consciências (SODRÉ, 2002). Nesse sentido, é preciso dar voz às histórias e tradições locais. Para que possamos avançar no processo de (re) conhecimento do sujeito negro através dele próprio, da sua cultura, da sua história, é preciso pensarmos uma pedagogia que permita a todas as crianças na sua diversidade apropriar-se das próprias palavras. Uma palavra que não seja

considerada apenas a partir da sua sonoridade, mas em especial do seu poder transformador (SANTOS, 2001).

A palavra, nas sociedades tradicionais africanas, tem uma importância fundamental, pois é através dela que se dá a transmissão da visão de mundo. A palavra é dotada de teor sagrado, tem poder de criação, modifica a história do cotidiano e ainda, possibilita a contestação, a dúvida, a troca de idéias e a transmissão de conhecimentos. Enquanto uma forma de transmissão de saberes étnico-culturais é de grande relevância na comunidade, “[...] pois trata-se de um processo de vivências, de partilhas, de criação de linguagem, de relação eu-outro” (ALVES, 2006, p. 403). Leite (s/d) esclarece que na concepção africana não se confunde ausência de escrita com analfabetismo e a palavra é tomada como elemento vital da personalidade, além de possuir papel decisivo na observância das normas ancestrais. Por meio da palavra na África tradicional aprendia-se sobre a história da família, sobre os fatos históricos, sobre os contos que traziam os ensinamentos (HAMPÂTÉ BÂ, 2003). Para este autor, a palavra é um ato de criação e de transformação, é uma forma de transmissão dos conhecimentos étnico-culturais de grande relevância na comunidade.

A fonte principal desse conhecimento é a convivência, que diz respeito não apenas a relação entre os sujeitos, mas também a relação entre os sujeitos e sua história, de modo que é na cultura e com base na história étnica do indivíduo que são construídos e repassados os conhecimentos das comunidades sendo, portanto, conhecimentos que vêm da ancestralidade (ALVES, 2006). O respeito e a ligação com a ancestralidade é uma característica que marca a visão de mundo africana (OLIVEIRA, 2006).

É através da ancestralidade que os negros encontram-se com uma história que vem sendo incorporada ao longo das gerações; vivencia-se momentos de encontro com a própria cultura. As práticas rituais são formas utilizadas pela população negra para expressar a relação de pertencimento com seu grupo étnico. A linguagem corporal também possui raízes ancestrais e se expressa na forma de se relacionar com o sagrado, na sua gestualidade, nos cânticos, nas danças, etc. Nesta relação com a ancestralidade são renovados os laços com a história da comunidade.

É preciso dar sentido ao conhecimento que é veiculado na escola através de um discurso, uma fala, uma ação que esteja vinculada a um projeto educativo, aberto ao enraizamento comunitário. Um projeto que nos ajude a refletir sobre o lugar onde estamos, do que somos e de como somos, que leve os indivíduos a ter orgulho do que já têm, do que já são. Sodré (2002) trata da valorização de outras fontes de conhecimento que incluam a dimensão oral no universo escolar; um conhecimento que vem do território, é extraído dos recursos de sobrevivência, dos saberes práticos do dia-a-dia.

Convém ressaltar que nas sociedades tradicionais africanas, as palavras são próprias das pessoas e dos tambores. Através da palavra, os indivíduos comunicam-se com as gerações presentes e com os antepassados e deste valor quase que sagrado da palavra é que se constrói a importância da oralidade que atua tanto na construção do pensamento africano, como nas formas de transmissão do conhecimento.

Essa importância dada à oralidade nas sociedades africanas pode ser percebida no grande número de provérbios e contos que estão presentes na vida das pessoas daquelas sociedades (SANTOS, s/d). Padilha também ressalta a importância da oralidade para o povo angolano onde a história se disseminava pela voz, pois tinham a oralidade como base de sustentação:

Tudo dentro do espaço da vida comunitária africana se construiu/destruiu, por séculos, pela eficácia da voz que tanto re(in)staurava o passado como impulsionava o presente, como anunciava o futuro, antes e durante os séculos

de dominação branco-européia, quando a escrita não era um patrimônio cultural do grupo (PADILHA, 2007, p. 37).

A valorização da oralidade e a sua identificação como elemento de resistência, a sua importância na preservação dos referenciais culturais, na forma de conceber o mundo, como exercício de sabedoria, pode contribuir para desconstruir as concepções que inferiorizam as sociedades africanas tratando-as como “atrasadas”. Colocar a dimensão da palavra como elemento fundamental no ensino da cultura de base africana significa romper com métodos rígidos e desinteressantes, possibilitando que os conhecimentos da corporeidade e da arte, marcas da cultura de raiz africana, estejam presentes nos currículos escolares.

Ao tratar de cultura negra, Sodré (1988a) refere-se às práticas de organização simbólica, de produção social de sentido, de relacionamento com o real. Real entendido aqui como aquilo que se apresenta estritamente singular, como único. Dessa forma, ele discute como no contexto brasileiro os negros ressignificaram esses elementos numa estratégia africana de jogar com as ambiguidades do sistema. Para Sodré, encontramos duas ordens culturais, a negra e a branca que coexistem e interpenetram-se multissecularesmente, sendo a cultura negra um elemento de resistência a dispositivos de dominação e que tem mantido o equilíbrio efetivo do elemento negro no Brasil.

Constitui um equívoco pensar a cultura negra brasileira fora dessa *reterritorialização* e como estes aspectos influenciam a cultura brasileira. Trata-se de uma resposta criativa de resistência à dominação imposta pelo escravismo criminoso, a forma violenta como foram arrancados de seus países, que transpôs fronteiras e universalizou seus significados e hoje interliga política e socialmente os africanos e seus descendentes espalhados pelo planeta (OLIVEIRA, 2006).

Na concepção de Martins (2006) as culturas negras são uma síntese e resultam do diálogo entre as tradições africanas, européias e indígenas. Segundo esta autora, a fala, os gestos mnemônicos dos arquivos orais africanos em contato constante com o outro, transformam-se e ritualizam-se continuamente em novos e diferenciados rituais que se constituem em um processo de transmissão de conhecimento e da cosmovisão de mundo africano que foram desconsiderados pelo colonizador europeu:

Esse olhar, amparado numa visão etnocêntrica e eurocêntrica, desconsiderou a história, as civilizações e culturas africanas, predominantemente ágrafas, menosprezou sua rica textualidade oral; quis invalidar seus panteões, cosmologias, teogonias; impôs como verdade absoluta, novos operadores simbólicos, um *modus alheio* e totalizante de pensar, interpretar, organizar-se, uma nova visão de mundo, enfim (MARTINS, 2006, p.26)

A formação social brasileira foi diretamente influenciada pela singularidade da cultura negra o que demonstra a resistência dos africanos ao processo de dominação européia. Apesar da escravidão os africanos e afrodescendentes não assimilaram nem reproduziram as estruturas de dominação européia. Os valores e princípios negro-africanos são trazidos na escravidão. Aqui, fugindo dos seus senhores, usavam atitudes criativas para se manterem fiéis aos seus valores, mitos e ritos de suas tradições. Segundo Oliveira (2006, p. 88), “[...] os afro-descendentes souberam proteger e preservar seu legado cultural-religioso através do uso controlado da palavra”.

Oliveira (2006) faz uma análise da cultura negra no Brasil a fim de apontar uma cosmovisão de mundo africana que, em sua opinião, é o fundamento último da identidade negra brasileira. Tal identidade sustenta-se na tradição africana. No entanto, esclarece que esta não é estática, pois seus elementos estruturantes são flexíveis e renováveis. Manter vivas essas tradições faz parte do processo de resistência cultural. É ancestralidade que nos permite entender a lógica que organiza os elementos estruturantes dessa cultura, pois “[...] tanto a força vital, o universo, a palavra, o tempo, a pessoa, os processos de socialização, os ritos funerários, a família, a produção e o poder são estruturados a partir da ancestralidade” (OLIVEIRA, 2006, p. 157).

Diante desse quadro, compreender como os sujeitos sociais constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana é fundamental no trabalho de ressignificação da história e cultura negra, pois esta produção cultural advinda desse grupo tem uma efetividade na construção identitária da população brasileira. Além disso, o reconhecimento e valorização da cultura negra “[...] possibilita aos negros a construção de um ‘nós’, de uma história e de uma identidade” (GOMES, 2003, p. 79).

O trabalho com a história e cultura africana e afrodescendente nas escolas brasileiras abre possibilidades para o (re) conhecimento de uma história que se encontra incorporada em nós mesmos, para entendermos a nossa cultura, a de nossos ancestrais, de cada um se conscientizar e se envolver com a sua própria história-étnica, não descartando as relações de poder, a violência simbólica que se encontram presentes no espaço nos quais estamos inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da Lei Nº. 10.639/03 que tornou obrigatório em todo o currículo da educação básica o ensino da história e cultura negra coloca a necessidade do reconhecimento e ampliação dos conhecimentos referentes à produção de uma cultura de base africana no contexto brasileiro. Esta cultura revela-se múltipla, herdeira de contextos africanos diversos e estrutura as concepções de vida dos africanos e seus descendentes na diáspora. No entanto, a ausência de uma política pública de valorização da formação dos professores que potencialize a compreensão da diversidade etnicorracial brasileira tem impossibilitado um olhar crítico sobre as especificidades histórico-culturais dessas populações e, com isso, a escola contribui para que a sociedade continue discriminatória e excludente.

Apontamos, nesse sentido, a necessidade de uma formação ampla e permanente que ofereça aos docentes condições efetivas de trabalho com a diversidade étnicorracial, além do desenvolvimento de pesquisas que visibilizem as africanidades brasileiras. Este conhecimento é componente importante da formação de crianças e jovens negros e não-negros que frequentam as escolas de todo o país, pois tem uma atuação na (re) afirmação de suas identidades étnicas e para a compreensão do contexto no qual estão inseridos.

Nesse sentido, reafirmamos que o conhecimento histórico, cultural e social da África e suas contribuições para a sociedade brasileira trazem a necessidade de pesquisas que desvendem os elementos de africanidades e contribuam para a implementação de políticas educacionais que atuem com estratégia de combate ao racismo. Chama a nossa atenção para a urgência de uma política de formação de professores, que se dê de forma conjunta entre universidades e demais órgãos responsáveis pela educação oportunizando o redimensionamento do espaço escolar. Traz-nos o desafio de refletirmos e buscarmos soluções para os altos índices de evasão e repetência envolvendo alunas e alunos negros (as) e que os têm jogado numa sociedade desigual e os empurra cada vez mais para as periferias das cidades onde convivem logo cedo com a violência,

com a falta de saneamento básico, com a ausência de lazer, dentre outras mazelas que atingem diretamente a população negra brasileira.

A história brasileira precisa ser contada a partir de várias perspectivas, trazendo a participação dos negros para o desenvolvimento do nosso país e rompendo com o eurocentrismo que tem permeado o universo escolar e dificultado o reconhecimento do valor da história e cultura africana.

Diante do exposto, a escola não pode ficar alheia aos conhecimentos que envolvem o universo cultural no qual o aluno está inserido e que ampliam os fatos históricos que envolvem a sua vida, pois temos direito a uma educação que recupere nossas memórias-históricas e fortaleça as identidades e, nesse contexto, é importante a valorização dos conhecimentos tradicionais das nossas comunidades. Esta educação abre possibilidades para que se reconheça a pluralidade de culturas como um fator positivo da sociedade brasileira. Esta escola precisa se transformar num espaço de troca de conhecimentos, atuar no enriquecimento individual e coletivo dos alunos que a frequentam mediando as suas relações com os outros grupos, mas sem negar os seus referenciais, possibilitar que os alunos negros sintam orgulho da sua cultura e afirmem a sua autoestima.

REFERÊNCIAS

ALVES, Teodora de Araújo. **Herdanças de corpos brincantes: saberes da corporeidade em danças afro-brasileiras**. Natal: EDUFRN, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº. 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: MEC, 2004.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Autores Associados, ano 23, maio/jun/jul/ago, 2003. (Edição Especial).

CUNHA Jr. Henrique Antunes. Africanidade, afrodescendência e educação. In: **Educação em debate**. Fortaleza, ano 23, v. 2, n. 42, 2001.

_____. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In.: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC, 2005.

_____. Afrodescendência e espaço urbano. In.: CUNHA Jr., Henrique Antunes; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). **Espaço urbano e afrodescendência**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

_____ e VIDEIRA, Piedade Lino. In.: CUNHA Jr., Henrique Antunes; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). **Espaço urbano e afrodescendência**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS. **DCN's para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2003.

GOMES, Ana Paula dos Santos. Trajetória de pesquisadores negros: educação patrimonial e cultura afro-brasileira. In.: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). **Negro e educação: escola, identidade, cultura e políticas públicas.** São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2005. (v. 3).

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. Cultura negra e educação. In: **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro: Autores Associados, ano 23, mai/jun/jul/ago, 2003. (Edição Especial).

_____. (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HAMPÂTÉ BÂ. **Amadou. Amkoullel, o menino fula.** São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2003.

LEITE, Fábio. **A questão da palavra nas sociedades negro-africanas.** In.: Thot África. São Paulo: Palas Athena, s/d.

MACEDO, Marluce de Lima. Tradição oral afro-brasileira e escola: um diálogo possível?. In.: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). **Negro e educação: escola, identidade, cultura e políticas públicas.** São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2005. (v. 3).

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In.: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente.** Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre a voz e a letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX.** Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In.: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

SANTOS, Marlene Pereira dos. **Mitos, danças e representações de um terreiro em Fortaleza.** Fortaleza: Mimeo, s/d.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. 2. ed. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves: 1988a.

_____. **O terreiro e a cidade**: a formação social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988b.

_____. Cultura, diversidade cultural e educação. In.: TRINDADE, Azoilda L. da. (org.). **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, Edileuza Penha de. Tamborizar: a formação de crianças e adolescentes negros. In.: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). **Negro e educação**: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2005. (v. 3).

SOUZA, José Vieira de.; CORRÊA, Juliane (orgs.). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. 2002.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Pós-Graduação em Educação Brasileira/Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Marabaixo, dança afrodescendente**: ressignificando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Artigo recebido em 25/fev./2011. Aceito para publicação em 19/maio/2011. Publicado em 23/jun./2011.

Como citar o artigo:

NUNES, Cicera. A cultura de base africana e sua relação com a educação escolar. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 10., jun./2011. p. 38-50. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: **DIA mês ANO**.

Revista indexada em:

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) -

<http://www.crefal.edu.mx>

DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>

GeoDados - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

IRESIE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>

LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>

Editora: Prof^a. Dra. Valdecí dos Santos (<http://lattes.cnpq.br/9891044070786713>)